

# COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## PROJETO DE LEI Nº 1.934, DE 2007

*Dispõe sobre o exercício da profissão de Oleiro ou Ceramista.*

**Autor:** Deputado WANDENKOLK  
GONÇALVES

**Relatora:** Deputada ELCIONE BARBALHO

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 1.934, de 2007, tem por objetivo regulamentar o exercício da profissão de Oleiro ou Ceramista.

O projeto dispõe minuciosamente sobre as atividades exercidas pelo profissional (parágrafo único do art. 1º), bem como estabelece as condições para quem for exercer a profissão (art. 2º).

Determina ainda o projeto, no art. 3º, que são aplicadas aos profissionais Oleiros e Ceramistas, no que couber, as normas constantes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e das leis previdenciárias.

Em sua justificação, o autor alega que *devido à relevância da atividade de olaria e cerâmica, é preciso que dotemos o setor da devida qualificação profissional, promovendo, para tanto, a regulamentação do respectivo exercício laboral, estabelecendo um mínimo de requisitos a serem satisfeitos para os que almejam ingressar nessa nobre ocupação.*

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

Concordamos integralmente com o autor da proposta quando alega que a indústria oleira vem crescendo muito, com a produção e a exportação de seus produtos alcançando índices expressivos, gerando divisas e empregos para o País.

Esse entendimento vai ao encontro das seguintes informações veiculadas pela Associação Brasileira de Cerâmica<sup>1</sup>:

*A Cerâmica tem um papel importante para economia do país, com participação no PIB (Produto Interno Bruto) estimado em 1%, correspondendo a cerca de 6 bilhões de dólares. A abundância de matérias-primas naturais, fontes alternativas de energia e disponibilidade de tecnologias práticas embutidas nos equipamentos industriais, fizeram com que as indústrias brasileiras evoluíssem rapidamente e muitos tipos de produtos dos diversos segmentos cerâmicos atingissem nível de qualidade mundial com apreciável quantidade exportada.*

*O setor industrial da cerâmica é bastante diversificado e pode ser dividido nos seguintes segmentos: cerâmica vermelha, materiais de revestimento, materiais refratários, louça sanitária, isoladores elétricos de porcelana, louça de mesa, cerâmica artística (decorativa e utilitária), filtros cerâmicos de água para uso doméstico, cerâmica técnica e isolantes térmicos. No Brasil existem todos estes segmentos, com maior ou menor grau de desenvolvimento e capacidade de produção. Além disso, existem fabricantes de matérias-primas sintéticas para cerâmica (alumina calcinada, alumina eletrofundida, carbetos de silício e outras), de vidrados e corantes, gesso, equipamento e alguns produtos químicos auxiliares.*

Nesse sentido, nada mais justo que seja reconhecida legalmente a profissão de Oleiro ou Ceramista, conforme a definição de suas atividades, prevista no presente projeto de lei.

No entanto, temos duas ressalvas à proposição. A primeira tem a ver com a extensa descrição das atividades exercidas pelos

---

<sup>1</sup>

[http://www.abceram.org.br/asp/abc\\_21.asp](http://www.abceram.org.br/asp/abc_21.asp). Acesso em 27.08.2008

Oleiros e Ceramistas, dispostas no parágrafo único do art. 1º do projeto. Salvo melhor juízo, entendemos que os diversos procedimentos devam ser desmembrados, e não compactados em poucos incisos, facilitando assim a identificação dessas funções.

A segunda ressalva diz respeito ao art. 3º que estabelece a aplicação da CLT e das leis que regem a Previdência Social aos profissionais Oleiros ou Ceramistas. Temos que, se esses profissionais exercem suas atividades de forma não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário, são considerados empregados e dessa maneira seus contratos de trabalho regem-se pelas determinações da CLT com sua inclusão automática no regime previdenciário, nos termos das Leis n.ºs 8.212 e 8.213, ambas de 1991, independentemente de previsão legal para tal.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 1.934, de 2007, nos termos do Substitutivo anexo, que contempla as ressalvas acima.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2008.

Deputada ELCIONE BARBALHO  
Relatora

## **COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.934, DE 2007**

Dispõe sobre o exercício da profissão de Oleiro ou Ceramista.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É livre o exercício da profissão de Oleiro ou Ceramista:

I – aos portadores de diploma devidamente registrado de curso de educação profissional em Olaria e Cerâmica, expedido por instituição brasileira de ensino de educação profissional técnica de ensino médio, oficialmente reconhecida;

II – aos portadores de diploma expedido por instituição estrangeira de ensino profissional, revalidado na forma da lei, cujos cursos foram considerados equivalentes aos mencionados no inciso I do *caput* deste artigo.

Parágrafo único. É igualmente assegurado o livre exercício da profissão de Oleiro ou Ceramista aos que, embora não habilitados na forma do art. 1º desta lei, tenham exercido ou estejam exercendo a atividade por um período de três anos, devidamente comprovada perante o órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 2º A atividade dos profissionais Oleiros e Ceramista, consiste em:

- I – preparar a massa cerâmica;
- II – interpretar fórmulas;
- III – dosar, moer e misturar a matéria-prima;
- IV – carregar e descarregar moinhos e misturadores;
- V – controlar resíduos, viscosidade, densidade e umidade da massa;
- VI – operar o atomizador;
- VII – realizar análise granulométrica;
- VIII – retirar manualmente impurezas e bolhas da massa, realizando a filtragem, a extrusão e o armazenamento da mesma;
- IX – desenvolver modelos, ler e interpretar desenhos e projetos;
- X – selecionar e preparar ferramentas, equipamentos e utensílios;
- XI – preparar matérias-primas para moldes, modelos e matrizes;
- XII – construir, secar, provar e fundir moldes e matrizes;
- XIII – modelar, formar e tornear peças cerâmicas e selecionar e instalar moldes e fôrmas;
- XIV – abastecer, ajustar e controlar a temperatura de prensas, moldes e tornos com massa cerâmica;
- XV - moldar a massa cerâmica;
- XVI - controlar dimensões e pesos da peça cerâmica;
- XVII – controlar a densidade aparente e a pressão de compactação e umidade da massa cerâmica;
- XVIII – monitorar o acabamento e controlar o volume de produção;
- XIX – queimar peças cerâmicas e secar peças cruas;
- XX – operar secador e controlar curva de secagem e a unidade residual;
- XXI – operar forno e controlar curva e qualidade da queima das peças cerâmicas;

XXII – preparar tintas, esmaltes e vernizes e dosar os componentes da mistura;

XXIII – abastecer moinho de esmalte e moer componentes da mistura de esmalte, bem como misturar componentes para tintas e vernizes, testando e corrigindo o composto;

XIV – descarregar moinho de esmalte e armazenar tintas, esmaltes e vernizes;

XXV – aplicar esmaltes e vernizes em peças cerâmicas, analisar ficha técnica e abastecer linha de esmaltização;

XXVI – controlar viscosidade e densidade de tintas, esmaltes e vernizes, operar equipamentos e controlar camadas de aplicação e temperatura da peça cerâmica, aplicando o composto;

XXVII – executar acabamento, rebarba, polimento, espoja, cola, corte, esquadra e decoração de peças cerâmicas;

XXVIII – classificar, identificar defeitos, comparar padrões dos produtos cerâmicos, selecionando-os por tonalidade, dimensões e sons;

XXIX – identificar a classe, testar, embalar e deslocar os produtos cerâmicos;

XXX – demonstrar competências pessoais, trabalhar em equipe, agir com ética, comunicar-se de forma clara e objetiva, desenvolver iniciativa, demonstrar flexibilidade e comprometer-se com o trabalho;

XXXI – respeitar normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental;

XXXII – atualizar-se na ocupação e demonstrar dinamismo e senso de organização.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2008.

Deputada ELCIONE BARBALHO  
Relatora